Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2019-02-08	
O Secretário da Mesa	
Sofia Araújo (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2019.02.08 10:07:21 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1292 / XIII (4 .ª)

Assunto: Condições de trabalho no Instituto dos Registos e Notariado

Destinatário: Min. da Justiça

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) realizaram duas manifestações, em Lagos e em Portimão, nos dias 28 e 29 de janeiro, respetivamente.

Os motivos destas manifestações são conhecidos há bastante tempo sendo que, contudo, não há sinais de medidas concretas que visem resolver os problemas com que se debatem os trabalhadores do IRN e que garantam um atendimento digno a toda a população portuguesa.

As "péssimas condições de trabalho" são mais do que uma caracterização da desmotivação e das dificuldades. Antes, reconduzem-se a situações concretas, tais como: a falta de privacidade no atendimento dos cidadãos em resultado do atendimento ser feito em locais com manifesta falta de espaço e sem uma adequada sala de espera; falta de condições de trabalho mínimas, como a falta de uma casa de banho para os trabalhadores na Conservatória de Portimão; completo desinvestimento nas conservatórias, chegando ao ponto de haver falta de papel higiénico, falta de papel ou equipamentos (como impressoras) avariadas há imenso tempo, sem que haja a respetiva reparação.

Trata-se de uma situação de indiscutível gravidade, que vem há muito tempo sido denunciada pelas organizações representativas dos trabalhadores deste setor e que se verifica em todo o território nacional. A importância dos registos e notariado para as pessoas e para as empresas justifica que tais condições sejam urgentemente superadas e que se dotem os trabalhadores dos registos e notariado das condições estatutárias, remuneratórias e tecnológicas necessárias para um desempenho profissional adequado às exigências do tempo presente. De facto, é difícil justificar que uma conservatória, seja em que ponto do território nacional for, não esteja munida dos equipamentos informáticos essenciais para cumprir as suas atribuições, assim como é inaceitável que quem se dirige a uma conservatória não possa ser atendido com recato e respeito pela privacidade dos seus assuntos e dos seus dados.

Neste sentido, considera este Grupo Parlamentar que é necessário obter esclarecimentos sobre estas situações, garantindo que as manifestações acima citadas não caem no vazio.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Dispõe o Governo de um levantamento atualizado das carências de equipamento informático e de atualização do existente nos serviços de registos e notariado?
2. Dispõe o Governo de um levantamento das carências e necessidades de requalificação do edificado em que se situam os serviços de registos e notariado?
3. Tem o Governo uma programação das adaptações a implementar para garantir a privacidade do atendimento de todos os cidadãos nos serviços de registos e notariado?

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

JOÃO VASCONCELOS(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.